SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **5**

CAPÍTULO 1

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO **19**

1.1. CONCEITO DE DIREITO CONSTITUCIONAL 19

1.2. OBJETO DO DIREITO CONSTITUCIONAL 19

1.3. FORMAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL 19

1.4. CONSTITUCIONALISMO 20

1.4.1. Conceito 20

1.4.2. Etapas ou ciclos constitucionais 20

1.4.2.1. Constitucionalismo primitivo (aproximadamente de 30.000 a.C. até 1.000 a.C.) 20

1.4.2.2. Constitucionalismo antigo (aproximadamente de 1.000 a.C. ao Séc. V d.C.) 20

1.4.2.3. Constitucionalismo medieval (séc. V a XVIII) 20

1.4.2.4. Constitucionalismo moderno (séc. XVIII a séc. XX) 20

1.4.2.5. Constitucionalismo contemporâneo (séc. XX a séc. XXI) 21

1.4.2.6. Neoconstitucionalismo (séc. XX e séc. XXI) 21

1.5. OUTROS MODELOS DE CONSTITUCIONALISMO 22

1.5.1. Constitucionalismo social 22

1.5.2. Constitucionalismo transnacional 22

1.5.3. Constitucionalismo global 23

1.5.4. Transconstitucionalismo 23

1.5.5. Constitucionalismo popular 23

1.5.6. Constitucionalismo democrático 23

1.6. PÓS-POSITIVISMO 24

1.7. NEOPOSITIVISMO 24

1.8. CONCEPÇÕES DE CONSTITUIÇÃO 24

1.8.1. Constituição sociológica (Ferdinand Lassalle – 1862) 24

1.8.2. Constituição política (Carl Schmitt – 1928) 24

1.8.3. Constituição material 25

1.8.4. Constituição jurídica (Hans Kelsen – 1934) 25
1.8.5. Constituição culturalista (Michele Ainis – 1986) 25
1.8.6. Constituição aberta (Peter Haberle – 1975) 25
1.8.7. Constituição pluralista 25
1.8.8. Constituição simbólica (Marcelo Neves - 1994) 25
1.8.9. Constituição transversal, multinível ou *multilevel* (Marcelo Neves) 26
1.9. SUPREMACIA CONSTITUCIONAL 26
1.10. CLASSIFICAÇÃO OU TIPOLOGIA DAS CONSTITUIÇÕES 26
1.10.1. Quanto à origem 26
1.10.2. Quanto ao conteúdo 27
1.10.3. Quanto à forma 27
1.10.4. Quanto à estabilidade 27
1.10.5. Quanto à extensão 28
1.10.6. Quanto à finalidade 28
1.10.7. Quanto ao modo de elaboração 28
1.10.8. Quanto à ideologia 28
1.10.9. Quanto ao valor ou ontologia (Karl Loewenstein) 28
1.11. MÁXIMAS QUANTO ÀS CLASSIFICAÇÕES DAS CONSTITUIÇÕES 29
1.12. COMPONENTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 30
1.13. ELEMENTOS DAS CONSTITUIÇÕES 30
1.14. BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE 31
1.15. CONVENÇÕES CONSTITUCIONAIS 31
1.16. NORMAS, POSTULADOS NORMATIVOS, PRINCÍPIO E REGRAS 31
1.17. COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS 32
1.18. EXISTÊNCIA, VALIDADE e EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS 32
1.19. CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS QUANTO À EFICÁCIA 32
1.20. CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS MATERIALMENTE CONSTITUCIONAIS SEGUNDO LUÍS ROBERTO BARROSO 34
1.21. EFICÁCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS SEGUNDO LUÍS ROBERTO BARROSO 34
1.22. MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL 35
1.22.1. Método Jurídico ou Hermenêutico Clássico (Ernst Forsthoff) 35
1.22.2. Método Científico-espiritual, Valorativo ou Sociológico (Rudolf Smend) 35
1.22.3. Método Tópico-problemático (Theodor Viehweg) 35

1.22.4. Método Hermenêutico-concretizador (Konrad Hesse) 35
1.22.5. Método Normativo-estruturante (Friedrich Müller) ou Concretista (Paulo Bonavides) 36
1.22.6. Método Concretista da Constituição Aberta (Peter Häberle) 36
1.22.7. Método da Comparação Constitucional (Peter Häberle) 36
1.22.8. Inexistência de hierarquia entre os métodos 36
1.23. LEITURA MORAL DA CONSTITUIÇÃO 37
1.24. PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL 37
1.24.1. Princípios enunciados por Canotilho 37
1.24.2. Outros princípios 38
1.25. CLASSIFICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS SEGUNDO JOSÉ AFONSO DA SILVA 39
1.26. CONSTITUIÇÃO, COSMOPOLITISMO E ESTADO CONSTITUCIONAL COOPERATIVO 39
1.27. FILOSOFIA CONSTITUCIONAL 40

CAPÍTULO 2

PODER CONSTITUINTE E DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL 41
2.1. PODER CONSTITUINTE 41
2.1.1. Espécies de Poder Constituinte 41
2.1.2. Limitações ao Poder Constituinte Derivado 42
2.1.3. Revisão constitucional 43
2.2. DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL 44

CAPÍTULO 3

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS 47
3.1. FUNDAMENTOS DA REPÚBLICA 47
3.2. FEDERALISMO 47
3.3. PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO 48
3.4. PODERES DA UNIÃO 48
3.5. OBJETIVOS FUNDAMENTAIS 49
3.6. RELAÇÕES INTERNACIONAIS 49
3.7. PRECEITOS FUNDAMENTAIS 49

CAPÍTULO 4

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS 51
4.1. TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS 51
4.1.1. Conceito 51
4.1.2. Gerações ou dimensões de direitos 51
4.1.3. Dimensões objetiva e subjetiva 52
4.1.4. Características: indivisibilidade, irrenunciabilidade e incaducabilidade 52
4.1.5. Efeito *cliquet* e vedação do retrocesso 52
4.1.6. Status de Jellinek 53
4.1.7. Multiculturalismo e interculturalidade 53
4.1.8. Eficácia vertical e horizontal 53
4.1.9. Teorias sobre a eficácia horizontal 54
4.1.10. Eficácia irradiante 54
4.1.11. Tratados internacionais de direitos humanos e status supralegal 55
4.1.12. Limitações aos direitos fundamentais 55
4.1.13. Incidente de Deslocamento de Competência (IDC) 56
4.1.14. Deveres fundamentais 57
4.1.15. Garantias constitucionais 57
4.2. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS 57
4.2.1. Direito de Petição 65
4.2.2. Direito de reunião 65
4.2.2.1. Associações 66
4.2.2.2. Irretroatividade da lei 67
4.2.2.3. Crimes imprescritíveis e inafiançáveis e crimes insuscetíveis de graça ou anistia e inafiançáveis 67
4.2.2.4. Liberdade de expressão e de imprensa 72
4.3. AÇÕES OU REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS 72
4.3.1. *Habeas corpus* 72
4.3.2. Mandado de segurança 74
4.3.3. Mandado de segurança coletivo 77
4.3.4. *Habeas data* 78
4.3.5. Mandado de injunção 79
4.3.6. Mandado de injunção coletivo 80
4.3.7. Ação popular 81

CAPÍTULO 5
DIREITOS SOCIAIS 83
5.1. TEORIA GERAL 83
5.2. DIREITOS TRABALHISTAS GERAIS (ART. 7º) 84
5.3. TRABALHADOR DOMÉSTICO 86
5.4. ORGANIZAÇÃO SINDICAL 87

CAPÍTULO 6
DIREITOS DA NACIONALIDADE 89
6.1. BRASILEIROS NATOS 89
6.2. BRASILEIROS NATURALIZADOS 90
6.3. CARGOS PRIVATIVOS DE BRASILEIROS NATOS 90
6.4. PERDA DA NACIONALIDADE 91
6.5. MEDIDAS DE EXCLUSÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL 92
6.6. EXTRADIÇÃO 93
6.7. IDIOMA OFICIAL 95

CAPÍTULO 7
DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS 97
7.1. CONCEITOS FUNDAMENTAIS 97
7.2. CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA 98
7.3. ALISTAMENTO E VOTO 98
7.4. CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE 98
7.5. SISTEMAS ELEITORAIS 100
7.6. INELEGIBILIDADE REFLEXA 101
7.7. ELEGIBILIDADE DO MILITAR 101
7.8. HIPÓTESES DE INELEGIBILIDADE 102
7.9. IMPUGNAÇÃO DO MANDATO ELETIVO 102
7.10. PARTIDOS POLÍTICOS 103

CAPÍTULO 8
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO 107
8.1. ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA 107
8.1.1. Reorganização territorial de Estados (art. 18, § 3º) 107
8.1.2. Reorganização territorial de Municípios (art. 18, § 4º) 108

8.1.3. Municípios — autonomia e regras eleitorais 109
8.1.4. Foro do Prefeito 109
8.2. INTERVENÇÃO 109
8.2.1. Classificação doutrinária: espontânea x provocada 110
8.2.2. Intervenção estadual nos Municípios (art. 35 da CF) 111
8.2.3. Procedimento (art. 36) 111
8.2.4. Jurisprudência sobre o procedimento 112
8.3. ENTES FEDERADOS E DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS 112
8.3.1. Regras gerais 112
8.3.1.1. Indelegabilidade da competência exclusiva 113
8.3.1.2. Ausência de competência residual da União 113
8.3.1.3. Delegação da competência legislativa privativa (art. 22, parágrafo único) 113
8.3.1.4. Vedação à avocação 114
8.3.1.5. Suplementação na competência concorrente 114
8.3.2. Competência da união 114
8.3.2.1. Crime de responsabilidade — competência privativa da União 114
8.3.2.2. Monopólio da União — minérios e minerais nucleares (art. 177, V) 115
8.3.2.3. Telecomunicações (art. 22, IV) 115
8.3.2.4. Trânsito e transporte (art. 22, XI) 115
8.3.2.5. Segurança pública, armas e polícia (arts. 21, XIV, e 22, I) 116
8.3.2.6. Direito civil e contratos (art. 22, I) 116
8.3.2.7. Sistema financeiro nacional (arts. 21, VIII; 22, VII; 192) 116
8.3.2.8. Comércio exterior e interestadual (art. 22, VIII) 116
8.3.2.9. Atividades nucleares (art. 22, XXVI) 116
8.3.2.10. Energia elétrica e política tarifária (arts. 21, XI/XII, "b"; 22, IV; 175) 117
8.3.2.11. Outras matérias de competência privativa 117
8.3.3. Competência dos estados e competência concorrente 117
8.3.3.1. Matérias de competência concorrente 117
8.3.3.2. Hipóteses em que a jurisprudência afastou a competência dos Estados 118
8.3.3.3. Outras matérias de competência concorrente/estadual 119
8.3.4. Competência dos municípios 119

8.3.4.1. Comércio e funcionamento (Súmula Vinculante 38) 120
8.3.4.2. Serviços bancários e cartorários – interesse local 120
8.3.4.3. Serviços públicos locais 120
8.3.4.4. Organização administrativa e financeira 121
8.3.4.5. Foro do Prefeito 121

CAPÍTULO 9
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 123
9.1. CONSTITUIÇÃO E A ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA 123
9.2. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 123
9.3. DISPOSIÇÕES GERAIS 124
9.4. SERVIDORES PÚBLICOS 125
9.4.1. Concurso público e princípio da igualdade (idade e altura) 125
9.4.2. Reserva de vagas e critérios de identificação (cotas raciais e PcD) 126
9.4.3. Escusa de consciência em etapas do concurso (Tema 386) 126
9.4.4. Exigências e restrições ao ingresso no cargo 126
9.4.5. Direito à nomeação 127
9.4.6. Vida funcional do servidor (após a posse) 127
9.4.7. Competência jurisdicional em matéria de pessoal 128
9.4.8. Acesso a cargos públicos e provimento derivado 128
9.4.9. Estabilidade (art. 41) 129
9.4.10. Direito de greve do servidor público 129
9.4.11. Vedação à vinculação/equiparação remuneratória (art. 37, XIII) 129
9.4.12. Escusa de consciência do servidor (Tema 1.021 — complementar ao Tema 386) 129
9.4.13. Acumulação remunerada de cargos (art. 37, XVI) 130
9.4.14. Reintegração, exoneração e demissão 131
9.4.15. Remuneração – conceitos e regras (arts. 37 a 39) 132
9.4.16. Regime Próprio de Previdência dos Servidores 133
9.4.17. Responsabilidade Civil do Estado (art. 37, § 6º) 134
9.4.18. Outras disposições 135

CAPÍTULO 10
SEPARAÇÃO DOS PODERES 137
10.1. PODER LEGISLATIVO 138
10.1.1. Imunidades 141

10.1.2. Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI 144
10.1.2.1. Requisitos de criação 145
10.1.2.2. Poderes de investigação e seus limites 145
10.1.2.3. Direito ao silêncio e comparecimento 145
10.1.2.4. Prorrogação, simetria e limites federativos 146
10.1.3. Tribunal de contas 146
10.1.4. Processo legislativo 149
10.1.4.1. Lei complementar x lei ordinária 149
10.1.4.2. Sanção e veto 150
10.1.4.3. Iniciativa popular e iniciativa reservada 151
10.1.4.4. Limitações ao poder de emenda e iniciativa reservada (processo legislativo) 153
10.2. PODER EXECUTIVO 154
10.2.1. Eleição, posse e substituição 154
10.2.2. Dupla vacância (art. 81, CF) 154
10.2.3. Substitutos nos Estados, DF e Municípios (simetria) 155
10.2.4. Ministros de Estado 156
10.2.5. Decreto autônomo e delegação (art. 84) 156
10.2.6. Responsabilização do Presidente da República 156
10.2.7. Foro por prerrogativa de função (art. 102, I, 'c') 157
10.2.8. Irresponsabilidade penal relativa (art. 86, §§ 3º e 4º) 157
10.2.9. Governadores 158
10.2.10. Prefeitos 158
10.2.11. Conselho de Defesa Nacional (art. 91) 158
10.3. PODER JUDICIÁRIO 158
10.3.1. Órgãos 158
10.3.2. Autogoverno dos Tribunais (art. 96, I, "a") 159
10.3.3. Estatuto da Magistratura e ingresso na carreira (art. 93) 159
10.3.4. Promoção e antiguidade (art. 93, II) 159
10.3.5. Garantias e vedações da magistratura (art. 95) 160
10.3.6. Quinto constitucional (art. 94) 161
10.3.7. Autonomia do Judiciário (art. 99) 161
10.3.8. Precatórios (art. 100) 161
10.3.9. Supremo Tribunal Federal (STF) - competências (art. 102) 162
10.3.10. Superior Tribunal de Justiça (STJ) – arts. 104 e 105 162

10.3.11. Justiça Federal (arts. 106-110) 163
10.3.12. Incidente de Deslocamento de Competência – IDC (art. 109, § 5º) 165
10.3.13. Justiça do Trabalho (arts. 111-A a 116) 165
10.3.14. Justiça Eleitoral 165
10.3.15. Justiça Militar (arts. 122 a 124) 166
10.3.16. Justiça Estadual (arts. 125 e 126) 167
10.3.17. Conselho Nacional de Justiça – CNJ 167
10.3.18. Precedentes e Súmula Vinculante 169

CAPÍTULO 11
FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA 173
11.1. MINISTÉRIO PÚBLICO 173
11.1.1. Funções institucionais (art. 129) 174
11.1.2. Ingresso, distribuição e residência 175
11.1.3. Prerrogativas e vedações – jurisprudência 175
11.1.4. Chefia, atribuições e legitimidade 176
11.1.5. Poder investigatório e ação civil pública 176
11.1.6. Destituição 177
11.1.7. Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (art. 130-A) 178
11.1.8. Ministério Público junto aos Tribunais de Contas ("MP especial") 178
11.2. ADVOCACIA PÚBLICA 179
11.3. ADVOCACIA 181
11.3.1. Exame de Ordem e inscrição na OAB 181
11.3.2. OAB – natureza e legitimidade 182
11.3.3. Prerrogativas – limites (opcional) 182
11.4. DEFENSORIA PÚBLICA 182
11.4.1. Organização, garantias e vedações 182
11.4.2. Honorários sucumbenciais 183
11.4.3. Atuação, legitimidade e prerrogativas 184

CAPÍTULO 12
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 185
12.1. BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE 185
12.2. EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL 186
12.3. FORMAS DE INCONSTITUCIONALIDADE 187

12.3.1. Controle prévio ou preventivo 187
12.3.2. Controle posterior ou repressivo 188
12.4. CONTROLE JURISDICIONAL 188
12.4.1. Controle difuso 189
12.4.2. Nulidade e abstrativização 191
12.4.3. Repercussão geral (art. 102, § 3º) 191
12.4.4. Matéria *interna corporis* 192
12.4.5. Controle concentrado 192
12.4.5.1. ADI 196
12.4.5.2. ADC 202
12.4.5.3. ADI por omissão 203
12.4.5.4. ADI interventiva 203
12.4.5.5. ADPF 204
12.5. CONTROLE CONCENTRADO ESTADUAL 205
12.6. RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL 206
12.7. HERMENÊUTICA NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 207
12.7.1. Interpretação conforme a constituição e declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto 208
12.8. TÉCNICAS DE DECISÕES NO DIREITO COMPARADO E O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 209

CAPÍTULO 13
DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS 211
13.1. ESTADO DE DEFESA 211
13.1.1. Garantias do preso durante o Estado de Defesa (art. 136, § 3º) 212
13.1.2. Controle político (art. 136, §§ 4º a 7º) 212
13.2. ESTADO DE SÍTIO 212
13.2.1. Medidas específicas contra pessoas (art. 139) 213
13.3. FISCALIZAÇÃO COMUM (art. 140, CF) 214
13.4. QUADRO-SÍNTESE COMPARATIVO 214
13.5. FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA PÚBLICA 214
13.5.1. Forças Armadas (art. 142) 214
13.5.2. Segurança Pública (art. 144, *caput*) 215
13.5.3. Segurança Viária (art. 144, §10) 215

13.5.4. Guardas Municipais (art. 144, § 8º) 216
13.5.5. Outros julgados relevantes 216

CAPÍTULO 14
TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO 219
14.1. DISPOSIÇÕES GERAIS 219
14.2. PRINCÍPIOS 219
14.2.1. Imunidade musical e importação de suporte estrangeiro (ARE 1.244.302) 221
14.2.2. Imunidade recíproca e exportações indiretas (ADI 4735 e RE 759244 – Tema 674) 221
14.2.3. Não confiscatoriedade — controle abstrato e critério geral (ADI 2.010-MC e ADI 1.075-MC) 221
14.3. ORÇAMENTO 222
14.3.1. Sistema Financeiro Nacional (art. 164) 222
14.3.2. Leis Orçamentárias (art. 165) 223
14.3.3. Processo Legislativo Orçamentário (art. 166) 224
14.3.4. Autonomia universitária e vedações orçamentárias (ADI 5946/RR) 225
14.3.5. Requisição de Pequeno Valor – RPV (art. 87 do ADCT) 225

CAPÍTULO 15
ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA 227
15.1. PRINCÍPIOS DA ORDEM ECONÔMICA 227
15.2. EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS PELO ESTADO 228
15.3. POLÍTICA URBANA 229
15.4. POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA 229
15.5. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL 230

CAPÍTULO 16
ORDEM SOCIAL 231
16.1. SEGURIDADE SOCIAL 231
16.2. EDUCAÇÃO 235
16.2.1. Educação infantil – direito subjetivo (creche e pré-escola) 235
16.2.2. Idade mínima para o Ensino Fundamental 236
16.2.3. Financiamento e competência legislativa 236
16.2.4. Militares e acesso ao ensino 237

16.2.5. Ensino religioso e laicidade 237
16.2.6. Ensino superior – gratuidade, autonomia e acesso 237
16.3. CULTURA 238
16.3.1. Sistema Nacional de Cultura (art. 216-A) 238
16.3.2. Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI – art. 219-B, EC 85/2015) 238
16.4. MEIO AMBIENTE 239
16.4.1. Manifestações culturais e animais 239
16.4.2. Competência legislativa em matéria ambiental 239
16.4.3. Maus-tratos e interpretação da legislação ambiental 240
16.5. FAMÍLIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE, JOVEM E IDOSO 240
16.5.1. Formas de entidade familiar 240
16.5.2. Criança, adolescente e jovem 240
16.5.3. Idoso 241
16.6. ÍNDIOS 241

CAPÍTULO 17
DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS 243
17.1. TÍTULO IX – CF, ARTIGOS 233 A 250 243
17.1.1. Serviços notariais: fiscalização (art. 236) 243
17.1.2. Expropriação e confisco por trabalho escravo e drogas (art. 243) 244

BIBLIOGRAFIA 245